

CULTURA MATERIAL E O TRABALHO ESCRAVO NOS ENGENHOS,
ENGENHOCAS E SÍTIOS EM ABAETETUBA (PARÁ, SÉCULO XIX)¹

MATERIAL CULTURE AND SLAVE LABOR IN THE SUGAR MILLS, SMALL
SUGAR MILLS AND SMALL RURAL PROPERTIES IN ABAETETUBA (PARÁ,
19TH CENTURY)

CULTURA MATERIAL Y TRABAJO ESCLAVO EN INGENIOS, PEQUEÑOS
INGENIOS Y PEQUEÑAS PROPIEDADES RURALES EN ABAETETUBA (PARÁ,
SIGLO XIX)

Sidiana da Consolação Ferreira de Macêdo²

Resumo

Em Abaetetuba, na Província do Grão-Pará, na Amazônia brasileira, ao longo do século XIX, variados foram os ofícios sob a responsabilidade ou realizados pelos trabalhadores escravizados de origem africana, ainda que desenvolvessem suas atividades laborais ao lado ou em conjunto com outros trabalhadores livres, ainda que submetidos a alguma forma de trabalho compulsório, tais como os indígenas. A análise dos instrumentos de trabalho e demais bens e equipamentos, ou seja, a cultura material presente nos inventários e testamentos fora importante para a compreensão dos lugares e afazeres desses trabalhadores, fossem homens ou mulheres, velhos ou jovens, com ofícios ou sem, no campo e também na cidade. Enfim, neste texto, tratamos dos pelos diversos trabalhos dos cativos em Abaeté nos diversos sítios, engenhocas e engenhos bem como seus vários tipos de ofícios.

Palavras-Chaves: Escravidão; Trabalho; Escravos; Propriedades Rurais; Abaetetuba.

Abstract

In Abaetetuba, in the Province of Grão-Pará, in the Brazilian Amazon, throughout the nineteenth century, there were varied trades under the responsibility or carried out by enslaved workers of African origin, even though they carried out their work activities alongside or in conjunction with other free workers, even if subjected to some form of compulsory work, such as indigenous people. The analysis of work tools and other goods and equipment, that is, the material culture present in the inventories and testaments, had been important for the understanding of the places and tasks of these workers, whether men or women, old or young, with or without trades, countryside and also in the city. Anyway, in this text, we deal with the diverse work of the captives in Abaeté in the different sites, gadgets and devices as well as their various types of crafts.

Key words: Slavery; Work; Slaves; Rural Properties; Abaetetuba.

¹ Este artigo é uma versão revista do segundo capítulo de minha monografia de graduação em História pela UFPA, denominada: *Sítios e Engenhos em Abaeté: Um estudo de cultura material (1840-1870)*, defendida em 2006.

² Professora da Faculdade de História do Campus de Ananindeua da UFPA. E-mail: sidimacedo@yahoo.com.br

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

Resumen

En Abetetuba, en la provincia de Grão-Pará, en la Amazonía brasileña, a lo largo del siglo XIX, existían variados oficios bajo la responsabilidad o realizados por trabajadores esclavizados de origen africano, aunque realizaban sus actividades laborales junto o en conjunto con otros trabajadores libres, incluso si están sujetos a alguna forma de trabajo obligatorio, como los indígenas. El análisis de las herramientas de trabajo y otros bienes y equipos, es decir, la cultura material presente en los inventarios y testamentos, había sido importante para la comprensión de los lugares y tareas de estos trabajadores, sean hombres o mujeres, viejos o jóvenes, con o sin comercios, campo y también en la ciudad. De todas formas, en este texto tratamos el trabajo diverso de los cautivos en Abaeté en los diferentes sitios, gadgets y gadgets así como sus diversos tipos de artesanía.

Palabras clave: esclavitud; Trabajo; Esclavos Propiedades rurales; Abaeteuba.

125

INTRODUÇÃO

A presença negra na Amazônia tem suas raízes no século XVII, oriundos dos empreendimentos dos ingleses como nos informa Bezerra Neto:

“Os primeiros escravos africanos haviam sido introduzidos na Amazônia pelos ingleses que, pretendendo ‘realizar um empreendimento agrário de vulto, constante, principalmente, do plantio de cana, para a fabricação de açúcar e rum’, haviam fundado suas feitorias, na região situada entre a costa do Amapá e a zona dos estreitos” (BEZERRA NETO, 2001, p. 21).

No entanto, foi com os colonos portugueses que o trabalho do africano escravizado foi efetivamente introduzido na região amazônica, ainda que somente tenha sido consolidado ao lado da mão-de-obra indígena a partir da segunda metade do século XVIII.³ Nossa análise será direcionada para os “trabalhos escravos” nos sítios, engenhocas e engenhos em Abaeté,⁴ onde havia número significativo desses trabalhadores, afinal situava-se na região do Baixo Tocantins, uma das principais áreas com utilização do trabalho escravo, como nos mostra Bezerra Neto ao afirmar que as “regiões Guajarina e do Baixo Tocantins, [eram as] principais áreas de concentração de trabalhadores escravos rurais no interior da província” (BEZERRA NETO, 1993, p. 143).⁵

O trabalho nos engenhos e engenhocas fora uma das principais atividades de lavoura, presente em várias regiões da província do Pará, em especial nas áreas rurais de Belém, bem como do Baixo Tocantins e arredores.

³ Sobre a escravidão na Amazônia, além dos demais trabalhos citados ao longo deste texto, tratando da relação entre agricultura e escravidão, ver, por exemplo: BARBOSA (2018); BARROSO (2017); BATISTA (2004); BEZERRA NETO (2009); LAURINDO JUNIOR; BEZERRA NETO (2018); SAMPAIO (1997); VERGOLINO-HENRY & FIGUEIREDO (1990). Para uma abordagem acerca das relações entre agricultura, extrativismo e escravidão, ver ainda: CANCELA (2006); MACÊDO (2014); MORAES (1984); OLIVEIRA FILHO (1979); bem como sobre história econômica e social da região amazônica: BARATA (1973); SANTOS (1980); SARGES (2000) e WEISTEIN (1993).

⁴ Sobre o município de Abaetetuba e sua história, ver, por exemplo: REIS (1969); MACHADO (1986); CONÇALVES (1987); LOBATO (1993). FERREIRA (2003 a; 2003 b). Ver ainda: FERREIRA (1995); e RIBEIRO (1994).

⁵ Sobre a presença de trabalhadores escravizados de origem africana na região do Baixo Tocantins, ver, ainda: ANGELO-MENEZES (1994; 1999; 2000); KELLY-NORMAND (1988); MARQUES (2004); MEDEIROS (2017); NASCIMENTO (2016) e SALLES (1988). NASCIMENTO (2016).

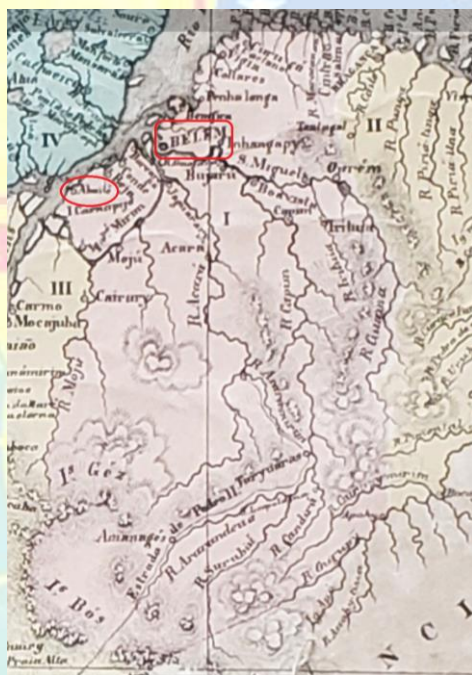
Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abaetetuba (Pará, Século XIX)

Daí que as atividades ligadas aos engenhos foram comuns para a região de Abaeté uma vez que, desde fins do século XVIII, surgiram inúmeros engenhos destinados à fabricação do açúcar e em especial de aguardente, ou melhor, da cachaça.⁶ Inclusive, já no século XX, o reconhecimento dessa importância se revela quando fora criado um monumento em homenagem ao plantador de cana, situado originalmente no cais da cidade de Abaetetuba, hoje existente no Campus Universitário de Abaetetuba da Universidade Federal do Pará.⁷

A partir de agora, então, vamos explorar mais amiúde os processos de trabalho tanto nos engenhos, quanto nos engenhocas e nos sítios, o fazendo a partir da cultura material,⁸ iniciando nosso texto pelo engenho de certo Antonio Brabo.

126

Imagem 1: Detalhe do Mapa da Província do Grão-Pará (1868), no qual vemos a Comarca de Belém, em rosa, da qual fazia parte Abaetetuba, no Baixo Tocantins, circulado em vermelho. Belém, capital do Pará, também no retângulo em vermelho.



Fonte: ALMEIDA (1868).

⁶ Sobre os engenhos na Amazônia, particularmente no Pará, além dos trabalhos já referenciados na nota 2, e, particularmente no caso de Abaetetuba na nota 4, ver, por exemplo: BEZERRA NETO (2020); CHAMBOLEYRON (2010); CRUZ (1967, 1973); NUNES (2011; 2014).

⁷ Sobre o trabalho na lavoura de cana-de-açúcar e sua importância no século XX, em Abaetetuba, ver, para além dos trabalhos já citados na nota 4: FERREIRA (1995); e RIBEIRO (1994).

⁸ Acerca da Cultura material e sua importância e usos pela pesquisa histórica, ver, por exemplo: MENESES (1983); ANAIS DO MUSEU PAULISTA (2018); REDE (1996); FARIA (1993); RYBCZYNSKI (1999) e ALGRANTI (1997).

O ENGENHO DE ANTONIO BRABO E OUTRAS PROPRIEDADES RURAIS: UM OLHAR SOBRE A SUA CULTURA MATERIAL

A partir de uma Carta Precatória, datada de 1841, ficamos conhecendo em detalhes algumas informações sobre o engenho pertencente a Antonio José da Silva Brabo (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841), sendo possível entender que provavelmente sua estrutura não fugia aos padrões de outros localizados em Abaeté e em outras partes no Pará.

Neste engenho havia a presença de 3 moendas de jaçapuécia com ferragem; 1 lambique⁹ grande de 5 arrobas¹⁰ e 9 libras; 1 lambique grande de 4 arrobas e 9 libras; 2 tachos¹¹ de cobre grandes com respectivamente 5 arrobas e 12 libras e 4 arrobas e 27 libras; 1 tacho de cobre pequeno de 13 libras; 3 carros de lambique de cobre com 16 libras, 9 libras e 8 libras respectivamente; 4 tachos sendo 1 pequeno; 2 cochos¹² pequenos de lambique; 1 pipa de pano de 21 palmos; 4 funis sendo 2 pequenos e um de pau de cortiça; 1 medida de frasco de arame; 1 funil de arame; 4 placas de folhas de flandes; 5 frascos de vidro; 21 garrafas de vidro; 2 garrafas brancas pequenas; 1 ferro de fazer cana; 2 frasqueirinhas de guarda frascos; 1 tabóca pintada; 3 cavalos de engenho sendo 1 pequeno; 3 novilhos de engenho; e, não menos importante, 23 escravos.

Torna-se válido compararmos este com a engenhoca de D. Maria Rosa Balbina de Corrêa, localizada em Igarapé-Miri, denominada *Bom Jardim da Conceição*, que de proporções menores possuía entre seus bens 1 tacho de cobre pesando 15 libras; 1 braço de balança; 5 bois de engenho; 1 Vigilenga;¹³ 1 batelão e um almofariz¹⁴ de metal (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETÉ, 1870, p 10).

Antes de tratarmos do objetivo central deste ponto que é os trabalhos nos engenhos, vamos primeiramente entender a diferença de engenhos e engenhocas, destacando que a moenda era um instrumento essencial para os engenhos uma vez que:

“No século XV, em algum lugar na região do Mediterrâneo ou nas ilhas atlânticas, adotou-se uma nova forma de prensa, composta por cilindros engrenados entre si de modo a poder passar-se a cana ao meio. Movida por bois, água ou força humana, essa máquina podia extrair uma proporção maior de suco de cana, além de eliminar a necessidade de cortá-la em pedaços” (SCHWARTZ, 1988, 21).

⁹ Lambique (Alambique): “Vaso de beira levantada, vaso de cobre, ou de vidro, em que se destilam ervas, flores, licores”; “Aparelho de destilação constituído por uma caldeira, na qual se depositam os materiais por destilar, e onde se desprendem e acumulam os vapores que, por meio de uma tubulação especial, chegam ao condensador, e aí tornam, pelo resfriamento, ao estado líquido; destilador” (FERREIRA, 1999).

¹⁰ Segundo Barickman “1 arroba= 14,746 quilogramas” (BARICKMAN, 2003, p. 23).

¹¹ Tacho: “Vaso de metal ou de barro, largo e de pouca fundura em geral com asas” (FERREIRA, 1999).

¹² Cocho: “Tronco excavado de três a doze ou quinze palmos de comprimento, no qual dá-se água do gado, ração dos porcos, etc. Grande recipiente preparado do mesmo modo onde se faz fermentar a garapa nos engenhos” (MIRANDA, 1905, p. 28).

¹³ Vigilenga: “Embarcação de um só mastro com tóldo que serve para transportar mercadorias ou para a pesca” (MIRANDA, 1905, p. 111).

¹⁴ Almofariz: recipiente de pedra, metal etc., em que se trituram e homogeneizam substâncias sólidas, pilão, gral, morteiro.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

Logo, a moenda não tinha apenas o papel de facilitador do trabalho escravo mais de aumento de produtividade para os senhores. Daí ela ter sofrido mudanças e de certo modo ter sido aperfeiçoada para melhor atender as necessidades de lucro dos senhores, pois até o aparecimento desta moenda com cilindros “tradicionalmente a moenda consistia em uma grande pedra circular que era rolada sobre pedaços de cana cortada” (SCHWARTZ, 1988, p. 21). Ou seja, o trabalho com este tipo de moenda era duplamente oneroso porque os escravos deveriam cortar a cana em pedaços para depois colocar na moenda, assim sendo o tempo em que ele cortava a cana poderia estar produzindo mais suco de cana, até porque o novo modelo de moenda extraia mais suco e conseqüentemente favorecia uma maior produtividade. Embora seja verdade, tanto um quanto outro tipo de moenda, desde que movidas a animais, de uma forma ou de outra necessitavam do trabalho humano, no caso aqui tratado trabalho escravo já que “os engenhos movidos por animais eram de construção menos dispendiosa, mas requererem o uso de condutores, geralmente meninos, para cada grupo de animais” (SCHWARTZ, 1988, p. 109). Afora essas moendas, a mais lucrativa e utilizada no Brasil desde o período colonial eram as que utilizavam a força hidráulica.

No entanto não podemos informar como era a moenda do sítio São José, apenas sabemos que eram três moendas de jacapuécia (jacapucaia?) com ferragens e que, portanto seu engenho comparado ao de D. Maria Rosa Balbina Corrêa era mais completo e provavelmente mais produtivo tendo em vista que não vemos a descrição de nenhuma moenda. Sobre o material do engenho encontramos apenas 5 bois de engenhos, 1 tacho de cobre e 1 almofariz de metal (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETÉ, 1870, p. 10).

Assim entendemos também qual seriam as possibilidades da função dos animais como os dos 2 bois de engenho de D. Maria Rosa Balbina de Corrêa e dos 3 cavalos de novilhos de engenho de Antonio José da Silva Brabo. Esses animais tinham provavelmente a função de mover a prensa inserida na moenda e quando da falta deles de certo deveriam ser utilizadas mão-de-obra cativa. Assim como nos mostra Stuart B. Schwartz:

“Os bois foram mais comumente usados nos engenhos do Recôncavo nos séculos XVI e XVII. Colocados em grupos de dois ou quatro na extremidade de cada uma das duas ou três barras que moviam os tambores, esses animais movimentavam-se lentamente mas forneciam a força necessária para uma poderosa compressão. No século XVIII, também cavalos e mulas prestaram essa finalidade” (SCHWARTZ, 1988, p. 109).

Por outro lado, os cavalos e os novilhos também poderiam assumir outras funções como o de transporte das canas para ser moída ou mesmo levar essa cana até o engenho já que nem sempre os canaviais eram localizados perto dos engenhos eram comuns os escravos ao colherem as canas das taperas que as trouxessem de batelão, igarités ou vigilenga para o engenho e talvez nesse percurso do rio para o engenho utilizassem os cavalos os novilhos também como transportes.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

O próximo passo do trabalho era levar o suco da cana para recipientes que fossem destinados a esse fim, sendo que os engenhos possuíam vários recipientes específicos que tratavam do caldo da cana fosse para a fabricação de açúcar ou mesmo da cachaça. Assim “cada engenho possuía um terno, ou conjunto, de caldeiras, paróis e tachas grandes e pequenas, onde o caldo era tratado com o calor do fogo em varias temperaturas, removendo-se a água e o material não sacarino de modo a permitir a ocorrência da granulação no fim do processo” (SCHWARTZ, 1988, p.109). Para essa tarefa deveriam ser empregados os tachos de cobre, presentes nos engenhos aqui já citados: no de Antonio Brabo existia 2 tachos de cobre grandes com respectivamente 5 arrobas e 12 libras e 4 arrobas e 27 libras; 1 tacho de cobre pequeno de 13 libras e 4 tachos sendo 1 pequeno. Já na propriedade de Maria Rosa Balbina Corrêa encontramos 1 tacho de cobre pesando 15 libras.

Sobre os tachos é importante mencionarmos que apesar de estes utensílios serem bastante utilizados nos engenhos também foi possível encontra-los em sítios que não tinham engenhos como é o caso daquele do senhor Francisco Antonio Pinheiro com 1 tacho de cobre; e ainda no Sítio Conceição do senhor Romualdo Pedro Rodrigues que tinha 1 tacho de cobre; e por sua vez no de Bento Manoel Lobato que tinha 2 tachos sendo 1 de cobre e outro pequeno. A presença dos tachos possivelmente ocorre tendo em vista que esses instrumentos não eram apenas utilizados nos engenhos, mas que teriam outras utilidades nas casas dos senhores acima citados até porque os tachos eram “Vaso de metal ou de barro, largo e de pouca fundura em geral com asas” (FERREIRA, 1999). Assim os tachos poderiam ter utilidade nas cozinhas, nos engenhos e noutras atividades em que a vida nesses ambientes pudesse necessitar, afinal além dos tachos encontramos também 3 carros de lambique de cobre com 16 libras, 9 libras e 8 libras respectivamente; 1 lambique grande de 5 arrobas e 9 libras; e 1 lambique grande de 4 arrobas e 9 libras (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841).

Ainda eram utilizados outros componentes para a fabricação do açúcar e cachaça como 2 cochos pequenos de lambique, onde ocorria a fermentação da garapa, e 1 pipa de pano de 21 palmos, sendo que a pipa era uma “vasilha bojuda” que também podia ser de “madeira, para vinhos e outros líquidos” (FERREIRA, 1999), o que no caso do engenho São José provavelmente estava destinada para a aguardente. Também havia 4 funis, sendo 2 pequenos; 1 de pau de cortiça; 1 ferro de fazer cana e 1 ferro de cova. Com relação a este instrumento, sua utilização era relativa ao plantio. No caso do engenho São José, todavia, não podemos afirmar a proporção em que se produzia a cana-de-açúcar, o que podemos ter evidencia é da fabricação de cachaça, uma vez que os cochos eram utilizados para fermentar a garapa dos engenhos, bem como outros utensílios encontrados confirmam está questão como a pipa de pano e os funis. Esses instrumentos atrelados à quantidade de frascos encontrados no referido engenho, ou seja, 5 frascos de vidro; 21 garrafas de vidro; 2 garrafas brancas pequenas; 2 frasqueirinhas de guarda frascos; 1 medida de frasco de arame e 1 funil de arame (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

ABAETÉ, 1841), nos possibilitam pensar que a produção de aguardente no engenho do senhor Antonio José da Silva Brabo era de alguma importância, pois para aquele período a aguardente era vendida e ou exportada em garrafas e frascos.

No que tange a fabricação de açúcar, não podemos delimitar se havia esta em larga escala no engenho do senhor Antonio José, ou seja, produção significativa para exportação, podemos apenas entender que havia a produção de açúcar, uma vez que encontramos 1 taboca pintada que era uma “Obreia de açúcar em forma de cone” (FERREIRA, 1999). Mas, vejamos como os trabalhadores escravos inseriam-se nos processos de trabalho nos engenhos, engenhocas e sítios.

130

OS TRABALHADORES ESCRAVOS E OS DIVERSOS TIPOS DE OFÍCIOS

Através do material encontrado podemos dizer alguma coisa sobre o que consistia o trabalho dos escravos nos engenhos, ou seja, no trato com a produção açucareira. O trabalho dos escravos iniciava-se ainda no canavial, seja no plantio ou após dado período no corte da cana, o que muitas vezes era feito nas taperas ou em canaviais localizados em outros terrenos entre rios e furos; quando isso ocorria estes escravos após cortarem a cana deveriam fazer o transporte dela até o engenho, o qual seria feito nos batelões e vigilengas, que eram as embarcações também destinadas a esse fim. Ao chegarem aos engenhos, eles levavam a cana cortada ou não para ser moída nas moendas e conseqüentemente o suco da cana iria para os tachos e se o suco fosse virar cachaça iria para os cochos e por fim para os lambiques onde iria sofrer processo de destilação para no final do processo ser engarrafada. Logo podemos notar que o trabalho nos canaviais era de certo modo duro e como nos mostra Stuart B. Schwartz: “Os trabalhos podiam consumir quase todo o dia dos escravos. O homem cortava as canas e sua companheira atava-as em feixes, usando folhas da própria cana para amarrá-las” (SCHWARTZ, 1988, p.21).

Uma certeza é que independente de qual ofício ou função os escravos tinham, fossem nos engenhos, engenhocas ou nos sítios, eles provavelmente não estavam destinados a uma só atividade e não podemos conceber que o cativo dotado de um ofício estava imune a outras atividades, o que deveria acontecer era assim como ocorria nos engenhos da Bahia onde:

“Além dos serviços ‘normais’ de um dia na plantação, os escravos eram obrigados a construir cercas e outras benfeitorias, cavar fossos, preparar mandioca e outras tarefas diversas. Esses serviços extras, conhecidos como ‘quimgingu’, podiam aumentar em mais quatro a oito horas o dia de trabalho” (SCHWARTZ, 1988, p.129).

Os cativos que trabalhavam em nas propriedades rurais em Abaeté também deveriam exercer diversas atividades que necessitassem de sua mão-de-obra. Assim o senhor Antonio José da Silva Brabo contava com 23

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

escravos que faziam os mais diversos ofícios da carpintaria à fabricação da cachaça (ver Tabela 1). Dos escravos pertencentes ao plantel do referido senhor é válido ainda analisarmos mais dois pontos: o primeiro era se o senhor utilizava somente a mão-de-obra escrava ou teria que recorrer a outras, já que seus escravos eram ainda crianças ou mesmo de idade avançada que talvez não suportassem ou não tivessem saúde para arcar com algumas atividades mais pesadas do dia-a-dia. A segunda, relativa aos escravos em face do valor de cada um com ou sem especialização.

No sítio e engenho São José, o senhor Antonio José tinha entre seus cativos um número significativo de escravos que aparentemente podiam exercer as suas funções diárias, uma vez que dos 23 escravos temos apenas 4 com idade abaixo de 10, sendo que os outros todos estavam aptos ao trabalho, que no caso deste senhor dividia-se entre o engenho, as diversas lavouras, os trabalhos domésticos e, claro, os serviços especializados. O mesmo não acontece para o senhor Julião Alves Serrão, que por sua vez, tinha 4 escravos que deveriam ter o grosso de sua labuta nos afazeres domésticos já que este senhor, pelo menos em Abaeté, não tinha em seus bens sítios, plantações e muito menos engenho. Talvez seus escravos fosse fonte de renda não pelo seu trabalho, mas sim pelo aluguel de sua mão-de-obra a outros senhores.

Já no caso de Francisco Antonio Pinheiro, este tinha 8 escravos (ver Tabela 1), dos quais apenas 1 era menor de 10 anos, enquanto os demais, à exceção de uma preta de nome Francisca que tinha 70 anos e ao que parece já não tinha força para trabalhar, talvez pela sua saúde já que seu preço era insignificante (1\$000), pareciam que estavam destinados aos serviços que a propriedade deste senhor requeria como os cuidados com sua roça de mandioca, do seu sítio e dos serviços domésticos. Entretanto, no que diz respeito a Romualdo Pedro Rodrigues que era proprietário de 6 escravos, a única que provavelmente estava apta ao trabalho era a escrava Maria Benedicta de 26 anos, uma vez que os outros cinco escravos eram todos filhos da dita cativa e tinham idade abaixo de 10 anos. Arelado a isso apresentavam problemas de saúde Eugenio, que sofria da cabeça, e Josefa que tinha asma. Assim podemos supor que este senhor necessitasse de mão-de-obra escrava alugada ou, então, fazia uso de trabalhadores livres e agregados, já que o mesmo contava além do seu sítio com outro sítio chamado Boa Vista e 3 ovelhas, além do tear e as rodas de fiar. Essas informações, enfim, nos fazem pensar que este senhor recorria a outras formas de mão-de-obra já que seria complicado apenas a escrava Maria Benedicta dar conta do serviço doméstico, do outro sítio e dos animais bem como da produção oriunda dos teares.

Por fim, Bartholomeu Jose de Vilhena contava com 3 escravas das quais apenas 1 era menor de 10 anos (ver Tabela 1). Este senhor era proprietário de quatro terrenos sendo um com plantação de cacau. Assim provavelmente este senhor também deveria recorrer aos escravos alugados ou de pessoas livres para o cultivo de sua plantação de cacau, bem como para os outros serviços domésticos.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

Tabela 1: Relação dos Escravos nos Sítios e Engenho em Abaeté nos anos de 1841/1870.

Propriedades & Proprietários	Homens	Mulheres	Crianças*	Total
Sítio São José	10	8	5	23
Julião Alves Serrão	1	3	//	4
Francisco Antônio Pinheiro	3	3	2	8
Sítio Conceição & Boa Vista**	//	1	5	6
Bento Manoel Lobato	4	6	3	13
Bartholomeu José de Vilhena	//	2	1	3
Total				78

Fontes: Arquivo Público do Estado do Pará. Serie; Autos de Inventários e Partilhas de Abaeté e de Belém do período entre 1840 e 1877.

* Entende-se por criança os menores com até 10 anos.

** Os sítios Conceição e Boa Vista pertenciam ao mesmo proprietário, porém estavam em lugares distintos, sendo que no inventário os bens arrolados pertenciam ao Sítio Conceição.

É necessário ressaltar que quando falamos em trabalhos escravos estamos também querendo destacar o fato de que tanto nos sítios como nos engenhos e engenhocas as tarefas dos cativos iam além da lida com os canaviais, pois há existência destes cativos com outras especialidades. Tais como, por exemplo, os calafates, pedreiros e carpinteiros, assim como trabalhadores da roça de mandioca, bem como os escravos domésticos, cujo exercício de seus outros ofícios invalida a imagem dos escravos vistos apenas como aqueles destinados aos trabalhos oriundos das lavouras canavieiras. Ou seja, não podemos simplesmente entender a escravidão apenas como os escravos nos trabalhos da lavoura canavieira, muito menos somente no interior das casas grandes. Ao contrário, os diversos ofícios desempenhados por eles eram essenciais para seus senhores e à própria sociedade e foi sem dúvida importante para os próprios cativos, ainda que os trabalhos desses possam ter sido vistos com certo desprezo pelos senhores e até mesmo pelos pelas pessoas mais pobres, as quais viam esses afazeres como tarefas de “negro” ou ainda apenas de escravos. Sobre os ofícios Stuart B. Schwartz nos informa:

“Os serviços dos artesãos eram necessários tanto na cidade como no campo. Pedreiros, calafates, tanoeiros, ferreiros, serradores, carreteiros, carpinteiros e outros podiam, todos, ser empregados nos portos e nas cidades, bem como nos engenhos” (SCHWARTZ, 1988, p. 37).

Ao tratar dos cativos não podemos perder de vista que a propensão de dotar seus cativos de especializações coube inicialmente aos religiosos que ensinavam certos ofícios aos escravos indígenas e aos poucos este modelo foi adotado pelos senhores de engenhos e donos de fazendas e no caso de Abaeté também dos sítios. Sobre as origens dos escravos com ofícios Vicente Salles nos informa o seguinte: “Mendonça Furtado,

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

na carta de 8 de novembro de 1752, informa ao irmão que os religiosos do Pará conservavam nesta cidade, além dos muitos que tinham das fazendas, uma família grande de tapuios, escultores e pintores...” (SALLES, 1988, p.161).

O fato é que os ensinamentos de certas especializações que começou pelos missionários aos indígenas estenderam-se pelos cativos negros. Inclusive, estes ofícios foram instruídos pelos jesuítas que “foram particularmente ativos no ensino de diversos ofícios aos índios em suas aldeias e inclusive aos escravos de suas fazendas e colégios” (SCHWARTZ, 1988, p.21). Os cativos fossem índios ou negros com qualificações de certos ofícios não apenas valiam mais para seu senhor já que, além de ser mão-de-obra para seu dono, poderiam prestar seus serviços a outros senhores, assim como poupavam possíveis gastos com certos trabalhos ou mesmo reparos que necessitassem ser feitos em suas propriedades. É válido também ressaltar que muitos desses cativos com especializações eram encontrados não apenas nas cidades, mas nos interiores, mais precisamente nos engenhos, sítios e fazendas onde eram “Propriedade ou de um mestre europeu ou de senhores necessitados de especialistas para suas fazendas e engenhos, que os entregavam, crianças ainda, a um mestre artesão a fim de formá-los oficiais” (SALLES, 1988, p.161).

Assim para visualizarmos esta realidade dos cativos com especializações e/ou ofícios em Abaeté nosso ponto de partida será o fato dos escravos irem além do trabalho nas lavouras canavieiras, como vemos no sítio e engenho São José de Antonio José da Silva Brabo onde existiam 23 escravos, entre eles o preto Antônio que tinha o ofício de pedreiro e o preto José que por sua vez era calafate; ambos apresentavam um ofício e dentro dos seus afazeres eram conhecidos por suas especializações. Além da confirmação das especializações destes dois escravos inscrita no inventário, é possível localizar outras evidências que ratificam o fato de existirem outras formas de trabalho efetivado pelos escravos. Tais evidências são os inúmeros artefatos utilizados pelos respectivos profissionais que localizamos no referido documento. Por exemplo, havia para o trabalho de Antônio que era pedreiro 2 martelos e 2 colheres de pedreiro (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841). No que diz respeito ao trabalho do calafate José temos 1 Maujó de calafate,¹⁵ 3 ferros de calafate, 1 caixão pequeno dos ferros e 1 ferro pé-de-cabra (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841).

Logo, o senhor Antônio José da Silva Brabo contava a priori com dois escravos qualificados, todavia podemos supor que além desses haveria um carpinteiro mesmo que este não tivesse sido descrito pela sua especialização, haja vista a presença de 1 junteira¹⁶ de carpinteiro, 1 plaina¹⁷ com sepro, 1 serra pequena e 2

¹⁵ O significado de calafate consistia em: ‘aquele que calafeta’, Vedar com estopa alcatroada (as junteiras, buracos ou fendas de uma embarcação). Tapar ou vedar as fendas ou buracos. Ou seja, a pessoa especializada no ofício de calafate tinha sua mão-de-obra utilizada de maneira mais acentuada na fabricação e manutenção das embarcações. Maujó: Instrumento de calafate, para tirar estopa das fendas (FERREIRA, 1999).

¹⁶ Encontramos por significado da palavra junteira o seguinte: Juntoura. Junteira. Pedra que vai de uma face da parede a outra; ajuntoura (FERREIRA, 1999).

¹⁷ O significado de Plaina é “Instrumento usado pelos carpinteiros para alisar madeira” (FERREIRA, 1999).

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

serras braçal sendo uma com armação de “pao” (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841), ferramentas que deixam implícita mais está “profissão”.

Cabe destacar, todavia, a presença do já citado escravo José, com aproximadamente 50 anos, que era calafate, ou seja, dotado de qualificação para o trabalho na fabricação e conservação de embarcações, neste caso, pertencentes ao senhor de engenho Antonio José da Silva Brabo. Este possuía em seu sítio-engenho 5 embarcações dos mais variados tipos onde contavam 1 igarité de casco de procauba com 25 palmos, 1 batelão de 40 palmos, 1 batelão pequeno arruinado, 1 batelão pequeno muito arruinado e 1 montaria de jacacaúba andiroba (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841).

Assim sendo a presença do escravo calafate traz inúmeras possibilidades para entendermos as vantagens do cativo capacitado de uma “profissão”. O ofício de calafate foi essencial para as regiões localizadas entre furos e rios como é o caso de Abaeté ainda mais se abrangermos o fato de que: “Um dos ofícios mais difundidos, tanto entre escravos negros como gentios, foi o de calafate, importante para a conservação das embarcações fluviais” (SALLES, 1988, p.165). Essa questão merece um exame especial em virtude de que ter mão-de-obra especializada em ofício tão utilizado e que era responsável pelo transporte dos senhores, dos produtos e dos escravos era sinônimo de lucro e ausência de gastos. Lucro porque além do senhor utilizar o trabalho de seu escravo calafate para construir suas próprias embarcações, ele podia possivelmente oferecer os serviços do seu cativo a outros senhores ou mesmo produzir embarcações para venda, havendo ainda a ausência de gastos porque possivelmente não precisava arcar com a construção e manutenção de suas montarias, batelões e igarités.

Situação distinta se encontra no sítio Conceição, pertencente a Romualdo Pedro Rodrigues, proprietário de duas embarcações: 1 montaria em bom estado com 24 palmos e 1 barco de procaúba em mau estado com 20 palmos (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1860, p.9).¹⁸ Possivelmente este senhor não podia contar com os seus escravos para a construção de suas embarcações já que aparentemente nenhum dos seis escravos que possuía era especializado (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1860, p.5 e 9). Destes, apenas a escrava Maria Benedicta, 26 anos, adulta (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1860, p.6), era possivelmente apta ao trabalho. O que nos leva a supor que a origem de seus barcos não estava em seu sítio, da mesma forma que não ocorria deste alugar mão-de-obra para a fabricação e manutenção dos seus barcos, uma vez que, atrelado ao que já foi mencionado, também tem o fato de que dentre os seus bens não é mencionado nenhum tipo de ferramenta que possa confirmar os afazeres de um calafate. Neste sentido o mais provável é que a origem de suas embarcações tenha sido pela compra de outros senhores que as fabricavam em suas propriedades. Esta situação pode também ser pensada através dos bens arrolados no inventário do Sítio Conceição quando fica subentendido que o senhor possivelmente teria tido um escravo carpinteiro do qual se desfez, ou que pelo menos detinha o material de

¹⁸ Palmo unidade de comprimento que vai da ponta do dedo á do mínimo, estando a mão bem aberta. Antiga unidade de medida de comprimento, equivalente a oito polegadas, ou seja, 22 cm. Que foi adotada no Brasil entre 1833 e 1862 (FERREIRA, 1999).

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

carpintaria, uma vez que na ausência de um cativo com a dita especialização o dito senhor alugava carpinteiros para seu serviço e necessidades, já que possuía 1 caixa de ferramenta de carpinteiro e 1 caixa de ferro de ferragens com 3 palmos (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1860, p.9 e 10).

Outro ponto é percebermos se os escravos especializados valiam mais ao senhor por saberem um ofício. Ao que parece o cativo especializado acabava por valer mais ao seu senhor, uma vez que a presença do escravo calafate no sítio do senhor Antonio José da Silva Brabo leva-nos a pensar nessa afirmativa, já que o preto José tinha idade de 50 anos, o que possivelmente já o faria ter menos valor pela alta idade, mas ele valia 300\$000 mil réis, ou seja, o mesmo valor da escrava Rita que tinha 30 anos, ou seja, 20 anos a menos. Enquanto que outro preto de mesmo nome com 60 anos valia apenas 30\$000 mil réis, preço muito menor do que o valor de uma criança que chegavam a valer 160\$000 como é o caso do mulatinho Geraldo de 7 anos. Da mesma forma, o preto Antonio que era pedreiro e tinha 35 anos valia o mesmo que o preto calafate: 300\$000 mil reis (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841).

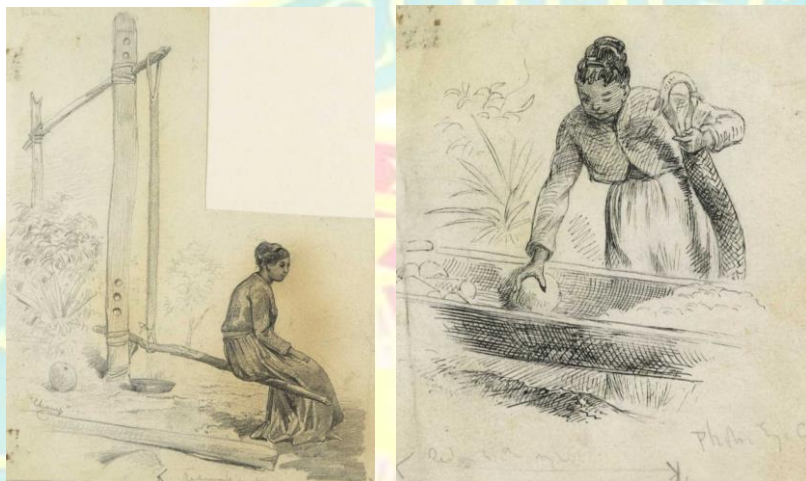
Nesse sentido, podemos entender que os escravos especializados valiam mais por serem dotados do domínio de certas técnicas ou conhecimentos, ainda que existissem diferenças entre ter um ofício ou outro, afinal alguns eram mais importantes que outros, parecendo ser este o caso daqueles que exerciam a profissão de calafate. Os outros exemplos de cativo com valor considerável davam-se também pelo fato de serem novos e mais aptos ao trabalho e no caso das mulheres por serem reprodutoras como provavelmente ocorria com a escrava do senhor Romualdo Pedro Rodrigues que era dono de Maria Benedicta de 26 anos e que já tinha lhe dado mais cinco novos escravizados que somavam o valor de 2:100\$000; desta maneira esta escrava sozinha tinha um valor bastante elevado de 1:200\$000. Por último não podemos deixar de mencionar que, independentemente do cativo ter um ofício ou não, a verdade continua sendo que a mão-de-obra cativa, fora a idade, sexo e mesmo ofício, estava sempre empregada em todos os afazeres em que estivessem sendo requeridos.

Além do trabalho nas embarcações, na carpintaria e de pedreiro outra atividade realizada pelos escravos em Abaeté foi o trabalho nas roças de mandioca ou simplesmente com a mandioca, sendo encontrados diversos instrumentos que constatarem o mesmo. Assim foi o caso do sítio do senhor Francisco Antônio Pinheiro que tinha a posse de uma roça de mandioca e 2 tabuas de fabricar mandioca bem como 8 escravos (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETETUBA, 1845, p.7 e 10); e o do senhor Bento Manoel Lobato que contavam com 1 roda de mandioca e 13 escravos (JUÍZO MUNICIPAL E DA PROVIDORIA DE ABAETETUBA, 1870, p.12 e 13). Enfim, o trabalho relacionado à produção da mandioca conhecia dois caminhos: o primeiro, na roça de mandioca, ou seja, no cultivo e plantação bem como na fabricação da mandioca e seriam utilizadas as tabuas para fabricar mandioca. No segundo momento, a conversão desta em seus derivados como farinha, bolos e de outras maneiras que poderiam ser elaboradas pelas cativas domésticas. Já que desde o período colonial os derivados da mandioca já compunham a dieta dos colonos: “O alimento principal da dieta dos colonos foi

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

durante muitos séculos a farinha de mandioca, preparada de inúmeras formas - bolos, beijos, sopas, angus” (ALGRANTI, 1997, p. 124).

Imagens 2 e 3: Mulher fazendo uso do tipiti para beneficiamento da mandioca.



Fonte: CHAMPNEY (1879)¹⁹

Imagens 4 e 5: Mulheres preparando a mandioca (ralando) para fazer farinha.



Fonte: CHAMPNEY (1879).

Falando em cativas domésticas é necessário fazermos um ponto sobre estas que, segundo consta, estavam inseridas não apenas nas fainas domésticas mais ordinárias como a arrumação, zelo e na preparação da alimentação, mas possivelmente na produção de redes e outras costuras, uma vez que a presença de teares

¹⁹ Agradeço ao historiador e professor Luiz Laurindo Jr. que, por intermédio de José Maia Bezerra Neto, compartilhou essas imagens, bem como as demais de autoria de James Welss Champney (1843-1903), que estão neste artigo.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

utilizados para confecção tanto das redes como para certas roupas, panos ou lençóis, era comum aos sítios. Encontramos em dois sítios este tipo de “maquinário”: no sítio São José que tinha 1 tear de tecer rede com uma roda de fiar velha e na propriedade de Francisco Antônio Pinheiro que tinha 1 tear com uma roda de fiar algodão também já velha (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETÉ, 1845, p.10). Esta realidade também pode ser vista nas casas de Belém, como na da senhora D. Maria Felipa de Moraes, a qual possuía 2 teares (JUÍZO DE DIREITOS DA 1ª VARA CIVEL, 1875, p.10). Ou ainda na de Ignácio Francisco de Vasconcelos que possuía 1 tear para fazer rede e 3 rodas para fiar algodão (JUÍZO DE DIREITOS DA 1ª VARA CIVEL, 1876, p. 3, 4 e 5). Ou mesmo em outras localidades como Igarapé-Miri, onde Maria Rosa Balbina Corrêa era proprietária de 1 roda de fiar, conforme constava de seu inventário (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETÉ, 1870, p. 10).

Os afazeres relacionados à alimentação e à produção caseira das redes, panos e outros exigiam tempo e técnicas para produzi-las e eram de certo modo trabalhosas, uma vez que esses exigiam “além do cuidado com os animais e com as roças de subsistência, uma série de atividades, como a preparação dos alimentos que seriam usados para alimentação diária” (ALGRANTI, 1997, p. 144). Por outro lado, os afazeres domésticos somavam aos cuidados com os animais e roças como nos chama atenção Algranti:

“As atividades domésticas de homens e mulheres, porém, não se resumiam à cozinha e suas dependências. A fiação do algodão e sua tecelagem, que visava a confecção de roupas brancas masculinas e femininas e as vestimentas dos serviçais, consumiam parte do tempo dedicado ao trabalho doméstico, sobretudo dos escravos” (ALGRANTI, 1997, p. 146).

A presença de teares de redes e provavelmente do uso de mão-de-obra nesse ofício, foi comum ao longo do século XIX, mas era uma característica que já se manifestava no Brasil seiscentista onde:

“O tear de fazer rede, todavia, era, de acordo com os inventários da época, mais comum e esteve presente nas casas dos colonos, que fabricavam para seu próprio uso redes de diversos tamanhos e cores, com franjas ou abrolhos” (ALGRANTI, 1997, p. 148).

Essa informação ressalta tanto a sua importância como utensílio bastante empregado nas casas ao longo do Brasil desde o primeiro século de colonização, bem como o fato de que essa precisão de redes traz a tona o trabalho empregado na sua confecção em grande parte pelos escravos, que na maioria das vezes abasteciam as casas. Entretanto, houve casos datados do início do século XIX em que a mão-de-obra empregada na tecelagem estava tão especializada que a produção servia para abastecer o mercado exportador para outras localidades, como foi o caso citado por Algranti: “Embora voltada para as necessidades domésticas, algumas regiões se

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

especializaram na tecelagem, e seu produto passou a ser exportado para outras localidades, como as cobertas fabricadas pelos habitantes de Minas Novas, no início do século XIX” (ALGRANTI, 1997, p.148).

Imagem 6: mulher fazendo uso do tear na produção de tecidos.



Fonte: CHAMPNEY (1879).

Outro aspecto relacionado às várias “profissões” que compunham as tarefas dos cativos seria o cuidado com os animais pertencentes ao seu senhor, os quais poderiam ser utilizados nos engenhos para movimentar as moendas, como era o caso dos bois, quando não tinham a utilidade para uso doméstico como as vacas para o aproveitamento do leite, mas independente de sua função para a vida da propriedade rural, estes eram provavelmente cuidados pelos escravos. Desta forma, contamos com os seguintes números de animais para o sítio e engenho São José: 3 cavalos de engenho sendo 1 pequeno; 4 vacas mancadas do parto; 2 bezerros; 2 Garrotoens;²⁰ 3 Novilhos²¹ de engenho; 3 ovelhas grandes e 2 cordeirinhos (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841). Já o senhor Francisco Antônio Pinheiro tinha em sua propriedade 1 vaca com cria ; enquanto no sítio Conceição de Romualdo Pedro Rodrigues existiam 3 ovelhas (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1860, p.10).

Sobre a presença de gado nos sítios e engenhos vale comentar que o numero deles visava atender as atividades relacionadas à produção agrícola, o que vem desde o período colonial, sendo comum a diversas regiões do Brasil, como nos mostra Freyre:

“... as grandes lavouras de açúcar ou de tabaco não se deixavam manchar de pastos para os bois descidos dos sertões e destinados ao corte. Bois e vacas que não fossem os de serviços eram como se fossem animais danados para os latifundiários” (FREYRE, 1992, p. 40).

²⁰ Garrote: “O bovino inteiro de 2 a 4 anos”. E para garrotão o bovino adulto. Ver MIRANDA (1905 , 46).

²¹ Novilho: “Garrote de quatro a cinco anos adulto, mas sem cupim”. Ver MIRANDA (1905 , 69).

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

Assim é que encontramos estes animais espalhados pelos engenhos como no caso de D. Maria Rosa Balbina Corrêa, que tem o inventario datado de 1870 e que contava para a sua engenhoca com 5 bois de engenho (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETÉ, 1870, p.9) e também pelos sítios e fazendas. Existindo ainda as fazendas de criação de gado propriamente ditas, como no caso da propriedade de D. Ignez Lacerda de Chermont, mãe do Visconde de Arary, residente na capital da província do Pará, com testamento datado de 1868, que apresentava fazendas destinadas à criação de gado e era dona de 710 vacas novas; 600 novilhas; 400 Garrotes e 200 vitelas; 1000 cabeças de gado bravio vacuum (JUÍZO MUNICIPAL DA CAPITAL, 1868, p.392, 393 e 398). Todavia esta senhora era uma rica dona de 4 casas, engenho, olarias e contava com 138 escravos que estariam destinados aos mais variados trabalhos (JUÍZO MUNICIPAL E DA PROVIDORIA, 1868, p.403-429).

Apesar de existir em Abaeté escravos especializados em outros ofícios que não somente a lavoura de cana-de-açúcar ou outro tipo de lavoura é provável que a maioria dos escravos fosse apta ao trabalho nas lavouras, inclusive de café, cacau e outras. Em Abaeté, por exemplo, o senhor Antonio José da Silva Brabo no seu sítio-engenho de São José tinha 7 lavouras entre elas 5 canaviais e 2 lavouras de plantação de laranjas e cocos, no qual, já sabemos e repetimos, que contava com mão-de-obra de 23 cativos, se destacando entre suas lavouras os canaviais e essa suposição pode ser confirmada à medida que aparecem na referida Carta Precatória todos os utensílios necessários para esse trabalho como 6 machados; 4 terçados de uso; 3 foices; 3 enxadas e 1 ferro de fazer cana (JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ, 1841). Já o senhor Francisco Antonio Pinheiro tinha 8 escravos que, entre outras funções, ao que parece tinham o cerne do seu trabalho na roça de mandioca pertencente a esse senhor que também contava com 2 tabúas de fabricar mandioca (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETETUBA, 1845, p.7 e 10).

Situação semelhante se encontra nos bens de D. Maria Rosa Balbina de Corrêa residente em Igarapé-Miri, que era proprietária de 1 sorte de terras em Abaeté com um a lavoura de 3.700 pés de cacau e outra no rio Pirahybaquára com 400 pés de cacau. (JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETÉ, 1870, p.6). Em Belém também foi comum essa realidade, já que em 1875 temos na capital da província o caso de Maria Evangelista de Sousa Carvalho que era dona de 12 escravos, os quais, a exceção das duas crianças, eram nomeados como lavradores e faziam parte do corpo de trabalhadores residentes na fazenda rural Conceição, localizada na Paróquia da Sé (JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA CAPITAL, 1875, p.4). Ainda na província temos Maria Felipa de Moraes que era dona de 12 escravos e possuía 14.116 pés de cacau, os quais provavelmente também seriam cuidados pelos seus cativos (JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL DA CAPITAL, 1875, p.10).

Em Abaetetuba, portanto, foram variados os ofícios sob a responsabilidade ou realizados pelos trabalhadores escravizados de origem africana, ainda que desenvolvessem suas atividades laborais ao lado ou em

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

conjunto com outros trabalhadores livres, ainda que submetidos a alguma forma de trabalho compulsório, tais como os indígenas. A análise dos instrumentos de trabalho e demais bens e equipamentos, ou seja, a cultura material presente nos inventários e testamentos fora importante para a compreensão dos lugares e afazeres desses trabalhadores, fossem homens ou mulheres, velhos ou jovens, com ofícios ou sem, no campo e também na cidade. Enfim, por enquanto, dito o que já foi dito, paremos por aqui e assim terminamos nosso passeio pelos diversos trabalhos dos cativos em Abaeté nos diversos sítios, engenhocas e engenhos bem como seus vários tipos de ofícios.

140

FONTES

GRAM-PARÁ, Governo da Província do. *Relatório com que o Excellentíssimo Senhor Vice-Almirante e Conselheiro de Guerra Joaquim Raymundo de Lamare passou a administração da Província do Gram-Pará ao Excellentíssimo Senhor Visconde de Arary 1º Vice-Presidente, em 6 de agosto de 1868*. Pará: Typographia do Diário do Gram-Pará, 1868.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica: Autos Cíveis de Inventário e Partilhas, 1875.

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica: Autos Cíveis de Inventários e Partilhas, 1876.

JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETETUBA. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica: Autos de Inventários e Partilhas, 1845.

JUÍZO DE ÓRFÃOS DA COMARCA DE ABAETÉ. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica: Autos de Inventários e Partilhas, 1870.

JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica; (Pasta de Manuscritos e Códices). Abaetetuba: Juízo de Órfãos; Carta Precatória Requisitória, 1841.

JUÍZO DE ÓRFÃOS DE ABAETÉ. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica; Autos de Inventários e Partilhas, 1860.

JUÍZO MUNICIPAL DA CAPITAL. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica: Autos de Testamentos, 1868.

JUÍZO MUNICIPAL E DA PROVIDORIA DE ABAETETUBA. Arquivo Público do Estado do Pará. Documentação Jurídica: Autos de Testamentos, 1870.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 83-154.
- ALMEIDA, Candido Mendes de. *Atlas do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Litographia do Instituto Philomathico, 1868.
- ANAIS DO MUSEU PAULISTA, vol. 26, 2018, Dossiê: História e Cultura Material.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos Conceituais do Sistema Agrário do Vale do Tocantins. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 2000, 91- 122;
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. O Sistema Agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação. São Paulo, *Revista Projeto História*, Espaço e Cultura, 1999, 237 - 258.
- ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. *História Social dos Sistemas Agrários do Vale do Tocantins*. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1994. Tese de doutorado.
- BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 30, 2004.
- BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. In: BARATA, Manoel. *Formação histórica do Pará*. Belém: Editora da UFPA, 1973, 293-332.
- BARBOSA, Carlos. *Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730-1822)*. Belém: Programa de Pós-graduação em História/IFCH/UFPA, 2018. Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia.
- BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BARROSO, Daniel de Souza. *O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2017. Tese de Doutorado em História Econômica.
- BATISTA, Luciana Marinho. *Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c. 1850 - c. 1870*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004, Dissertação de Mestrado.
- BEZERRA NETO, José Maia. A vida não é só trabalho: Fugas Escravas na Época do Abolicionismo na Província do Grão-Pará (1860-1888). *Cadernos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas*. N. 1. Belém, 1980, Semestral, 141-154.
- BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Grão-Pará (Séculos XVII - XIX)*. 2ª ed. revisada e ampliada. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

- BEZERRA NETO, José Maia. Entre Senzalas e Seringais: Escravidão, capitalismo e crescimento econômico no Brasil (Pará: 1850-1888). *História e-História*, publicado em 09/12/2009.
- BEZERRA NETO, José Maia. Para além da floresta: O mundo rural amazônico em Spix e Martius (1819-1820). In: KETTLE, Wesley; NUNES, Francivaldo Alves (Org.). *Sobre as pegadas de Spix e Martius: 200 anos*. Curitiba: CRV, 2020.
- CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e Relações Familiares na Economia da Borracha- (Belém- 1870-1920)*. São Paulo: USP, 2006. Tese de doutorado de História.
- CASTRO, Márcia Regina Gonçalves Castro. *Escravidão, criminalidade escrava e Imprensa no Grão-Pará. A “Carnificina de Carnapijó” (1871-1872)*. Belém: Universidade Federal do Pará, Monografia de Graduação em História, 1998.
- CHAMBOLEYRON, Rafael. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém: Açai/ Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia/ Centro de Memória da Amazônia/UFGA, 2010.
- CHAMPNEY, James Welss (Ilustrador). In: SMITH, Hebert H. *The Amazons and the Coast*. Illustrated from sketches by J. Wells Champney and others. New York: Charles Scribner’s Sons, 1879.
- CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.
- CRUZ, Ernesto. *História do Pará*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fontes textuais e vida material observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos de Goitacases, sécs. XVIII e XIX. *Anais do Museu Paulista*. Nova Série Nº. 1; 1993, 107/109.
- FERREIRA, Eduardo Rodrigues. *Economia Canavieira e trabalho feminino em Abetetuba no período de 1930 a 1980*. Belém: Universidade Federal do Pará, Monografia de Graduação em História, 1995.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *Cidades do Pará origem e significados de seus nomes*. Belém: Rede Celpa, 2003.
- FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Pará e seus municípios*. Belém: Rede Celpa, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 1999.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 28º ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- GONÇALVES, Claudete Leite. *A História administrativa de Abetetuba*. Belém: Universidade Federal do Pará, Monografia de Graduação em História, 1987.
- KELLY-NORMAND, Arlene M. Africanos na Amazônia: Cem anos antes da abolição. *Cadernos do CFCH (UFPA)*, Belém, nº. 18, 1988, 01-21.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

- LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitânia do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LAURINDO JUNIOR, Luiz Carlos; BEZERRA NETO, José Maia. Alguns vêm de lá, outros de cá: a Amazônia no tráfico interno brasileiro de escravos (século XIX). *História* [online], vol.37, 2018, 01-30.
- LINHARES DA SILVA, Debora; BEZERRA NETO, José Maia. "Escrava que fui, deixo esse meu testamento". Alforrias em Belém na segunda metade do século XIX. *Faces da História*, v. 6, n. 1, jun. 2019, 12-38.
- LOBATO, Maria de Nazaré Carvalho. *Ecos da Terra*. Belém: Gráfica Santo Antônio, 1993.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Do que se come. Uma história do abastecimento e da alimentação em Belém (1850-1900)*. São Paulo: Alameda, 2014.
- MACÊDO, Sidiana da Consolação Ferreira de. *Sítios e Engenhos em Abaeté: um estudo de cultura material (1840-1870)*. Belém: Colegiado de Graduação do Curso de História da Universidade Federal do Pará. Monografia de Graduação em História, 2006, 88 f.
- MACHADO, Jorge. *Terras de Abaetetuba*. Belém: CEJUP, 1986.
- MARAJÓ, José Coelho da Gama Abreu, Barão de. *As regiões amazônicas: estudos chorographicos dos Estados do Gram-Pará e Amazonas*. Belém: Secult, 1992.
- MARQUES, Fernando Luiz Tavares. *Modelo da Agroindústria Canavieira no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos XVIII e XIX*. Porto Alegre: PUCRS, 2004. Tese de Doutorado.
- MEDEIROS, Juliana do Nascimento. *Escravidão, engenhos e engenhocas no Pará: Perfis de propriedade escrava e atividades econômicas (Zona Guajarina e Baixo Tocantins 1810-1850)*. Belém: Monografia de graduação em História. Faculdade de História/IFCH/UFPA, 2017.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História da USP*, n. 115, julho-dezembro 1983, 103-117;
- MIRANDA, Vicente Chermont de. *Glossário Paraense de coleção de Vocábulo á Amazônia e especialmente a Ilha do Marajó*. Pará: Typ. a vapor de A. Faciôla, 1905.
- MORAES, Ruth Burlamaqui de. *Transformações demográficas numa economia extrativista: Pará (1872-1920)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1984, Dissertação de Mestrado.
- NASCIMENTO, Sônia Viana do. *Igarapé-Miri: A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (1843-1888)*. Belém: Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia/IFCH/UFPA, 2016. Dissertação de Mestrado.
- NUNES, Francivaldo Alves. *Sob o signo do moderno cultivo: Estado imperial e agricultura na Amazônia*. Niterói/RJ: Universidade Federal Fluminense, 2011. Tese de Doutorado em História Social.
- NUNES, Francivaldo Alves. Agricultura na Amazônia oitocentista: produção rural e interpretação dos agentes públicos. *Outros Tempos*, 2014, vol. 11, n.17, 1-17.

Cultura material e o trabalho escravo nos engenhos, engenhocas e sítios em Abetetuba (Pará, Século XIX)

- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 11, maio 1979.
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. V. 4, jan./dez. 1996, 265-282.
- REIS, Luiz. *Abaetetuba*. Belém: Gráfica Falangola editora Ltda., 1969.
- RIBEIRO, Maria de Fátima Vasconcelos. *O campesinato em Abaetetuba: uma História de luta, diante das transformações*. Belém: Universidade Federal do Pará, Monografia de Graduação em História, 1994.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: Pequena História de uma Ideia*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1999.
- SALLES, Vicente. *O Negro no Pará. Sob o regime da escravidão*. Brasília: Ministério da Educação; Belém: Secretaria de Estado de Cultura-Secult; Fundação Cultural “Tancredo Neves”, 1988.
- SALLES, Vicente. *O Negro na Formação da Sociedade Paraense. Textos Reunidos*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2004.
- SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. *Os fios de Ariadne. Tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1888*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.
- SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1910)*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2000.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros & rebeldes*. São Paulo: Edusc, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos engenhos e escravos na sociedade colonial (1550/1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*. Volume II. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976.
- VERGOLINO-HENRY, Anaíza & FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990.
- VERISSÍMO, José. *Scenas da Vida Amazônica. Com um estudo sobre as populações indígenas e mestiças da Amazônia*. Primeiro Livro. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & irmão, 1886.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos Rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979 (Coleção Reconquista do Brasil, volume 50).
- WEISTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; Edusp. 1993.

Texto recebido em: 15/04/2021
Texto aprovado em: 07/11/2021